

■ As comunidades que vêm... Experiência e pensamento em torno de uma utopia contemporânea – ONG CEASM⁶⁵/Maré

.....**Glauca Dunley**

Nosso horizonte de trabalho, aqui exposto em suas principais linhas de força, pretendeu acompanhar e recolher criticamente durante quatro anos o desenvolvimento de algumas das experiências da ONG CEASM na Maré⁶⁶. Delineou-se a partir de um bom encontro, na verdade, de um espanto, de uma comoção comum, diante do Seminário *Maré: Memória e Resistência*, realizado significativamente no Museu da República, pela rede Memória da ONG CEASM, em julho de 2004, aberto à cidade.

A qualidade das parcerias apresentadas durante as discussões, envolvendo participantes de diferentes esferas da sociedade carioca, e as intensidades democráticas que as povoaram, tornaram este Seminário um acontecimento inesquecível e mesmo sublime, pela exposição simultânea de fotos da Maré – onde ela surgia em sua pobreza e abandono como o monumento vivo de uma resistência sempre exercida. Nesta exposição, dentro de uma das ricas salas do Palácio, as paredes eram cobertas por tiras de madeira, mimetizando a precariedade das moradias – metáfora poderosa dos corpos minados por doenças e pela fome em outras décadas, e da existência impossível naquele local. Do mesmo modo, o chão do Palácio, coberto por tapume, não só mostrava, mas fazia sentir sob os pés – num contraste terrível com a riqueza da República – a instabilidade e o medo com que andavam os moradores da Favela da Maré, nos tempos das palafitas. O real propriamente dito, ao qual tivemos acesso pela arte que nos veio de lá.

65 Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM

66 Com a elaboração e realização do projeto “Para além da mídia e do estigma: a comunicação comunitária. Análise de algumas experiências da ONG CEASM, sua sistematização metodológica e possível aproveitamento por outras comunidades populares do Rio de Janeiro”. Inicialmente este projeto de pesquisa e de participação social crítica realizou-se como um primeiro pós-doutoramento, na Escola de Comunicação, sob os auspícios da FAPERJ, e coordenação do Prof. Marcio Tavares d’Amaral, desdobrando-se em um segundo pós-doutoramento, desta vez na Escola de Serviço Social/UFRJ, sob a coordenação do Prof. Giuseppe Cocco, e auxílio do CNPq.

Logo em seguida ao Seminário, entramos em contato com o CEASM, através da rede Memória. A rede que havia organizado aquele acontecimento cultural e político como uma enésima *tomada da Bastilha*, sem muito barulho e nenhum sangue, mas com o rigor que caracteriza a lucidez e a determinação implacável de quem efetivamente deseja modificar as condições de vida de seu território... Mal escondíamos nossa urgência em respirar também aquele sopro vital que caracteriza os acontecimentos criadores do novo, do audacioso, do brilhante que tem força e inventividade, pois já intuíamos e apostávamos que aquela *experiência* poderia tornar-se importante para muitos, para alguns milhares, talvez mais... A começar por nós.

Sob o impacto dessas intensidades, procuramos transformar alguns aspectos da experiência do CEASM em um projeto de pesquisa e participação social na UFRJ⁶⁷ sem, entretanto, surrupiar-lhe a grandeza, a impertinência com o instituído, a generosidade de seus fundadores e participantes ao deliberar usar o seu próprio tempo de vida com o outro, o caráter subversivo dos saberes “menores” (da tradição, da memória local, e dos migrantes que vieram de longe) que derrubam – sem ser pela estratégia do saber-poder – os saberes “oficiais”, sem força para fazer vínculo e transformar coletivamente o território.

Objetivos? Recolher (*logos*), e *logo*, o imperdível, o que suscita *thau-matson* – maravilhamento, pela sua luminosidade coletiva e singular –, diante de tanta homogeneidade, mesmice, individualismos, pilhagens e irresponsabilidades que a cidade do Rio de Janeiro ostenta ainda em relação às multidões das favelas e periferias sem acesso aos bens usufruídos pela minoria, mas que são patrimônio de todos. Sabemos agora o que é vontade política – uma das faces da vontade de potência –, o que é a ética de um grupo especial de moradores, ou de pessoas originárias da Maré em relação aos milhares de outros ocupantes do mesmo território sofrido que começava a se mobilizar, através deste grupo, para conseguir uma transformação radical sob o céu de uma barbárie rasgada.

Trata-se, portanto, de escutar e de pensar as condições, os impasses e os ganhos de uma experiência trágica, não no sentido do catastrófico, mas no sentido nietzschiano do termo, onde a afirmatividade radical deste grupo de resistentes em torno de uma existência cruel e comum inventa um caminho possível saído diretamente do impossível, do impensável. Deste caminhar, do qual fomos e somos testemunhas privilegiadas, em boa parte, jorra uma alegria inédita, trágica – a

67 Pós-doutoramento na Escola de Comunicação/UFRJ, inicialmente, seguido por um pós-doutoramento na Escola de Serviço Social/UFRJ, conforme nota anterior.

allegresse dos pássaros que sobrevoam cantando paisagens de esquecimento e de assassinio ao se sentirem livres.

Tomados por estes sentimentos e impressões, iniciamos no segundo semestre de 2004, na Escola de Comunicação/UFRJ, o *projeto* – que, como vemos, nunca foi científico, mas *trágico*, ao unir *pathos* e *logos* na busca de um saber realmente democrático para as multidões, e através dele, lançar um apelo comum por justiça.

Naquele início, encontrávamo-nos ainda à procura de meios ou instrumentos de comunicação comunitária que possibilitassem, ao médio e longo prazo, transformar a imagem estigmatizante das comunidades populares e faveladas, produzida e propagada pela mídia tradicional – que pode e deve ser implicada nas estratégias e táticas do racismo de Estado brasileiro para atingir seus funestos objetivos.⁶⁸

Esta dissolução do estigma, e da discriminação da qual são objeto numerosas parcelas da sociedade brasileira (pobres, negras ou pardas, moradores de favelas e periferias), poderia ser conseguida, segundo nossa percepção na época, através do estímulo à criação de meios de comunicação alternativos ou comunitários nas favelas. Segundo a lógica da comunicação comunitária, estrito senso, as mídias alternativas seriam capazes de reverter, ao longo prazo, a imagem super saturada de violência e impotência que se abate sobre as comunidades das favelas ao atingirem os canais tradicionais, democratizando-os realmente através de uma convivência deliberada com as diferenças dos espaços populares ao mostrarem as várias realidades das favelas – que são *preponderantemente* criativas, laboriosas, solidárias, e não o contrário. Deste modo, os conteúdos e os meios empregados pela comunicação comunitária forneceriam subsídios reais às populações – inclusive de ordem vinculativa e não apenas veiculativa – diminuindo ou relativizando o ataque feito, entre outros, pela linguagem midiática discriminativa, empregada na maioria das matérias.

Nosso projeto – no início, não tão trágico⁶⁹ – se alinhou desde sempre a uma ética que procurava fazer resistência às desigualdades imensas existentes

68 Consideramos que a mídia tradicional está profundamente implicada neste esquema de dominação/alienação a partir de suas estreitas ligações com o racismo de Estado brasileiro que atua como uma das maiores forças destitutivas da potência instituinte e constituída das favelas e periferias - das “comunidades que vêm...”, mesmo apesar dele. O *racismo de Estado* é um dos principais instrumentos do biopoder, forma paradoxal de poder sobre a vida, elaborada por Foucault na década de 70, que protege e estimula o crescimento e o desenvolvimento de determinadas populações da sociedade, e, por outro lado, sacrifica outras (as das favelas, por exemplo), no sentido forte deste termo.

69 Pois ainda acreditávamos na performance dos meios comunitários, sem mais.

no país, acentuadas pelas políticas neoliberais, incapazes de desenvolver sociedades realmente democráticas. Destacamos, a partir da resistência do CEASM, esta incompatibilidade do capitalismo em relação à democratização dos saberes, dos quais as comunidades populares e pobres ficaram alijadas, ao mesmo tempo em que têm seus saberes tradicionais e regionais assujeitados, desvalorizados e ignorados pelos saberes das classes dominantes. Manobra perversa evidente para tornar inaproveitáveis estas comunidades, portanto, descartáveis, e, insidiosa ou explicitamente, *matáveis*.

Deste modo, nosso projeto *trágico-acadêmico*, principalmente nessa sua primeira fase⁷⁰, argumentou em favor de novas estruturas de comunicação, assim como de novas regulamentações, dentre elas a efetiva democratização dos meios. Entretanto, a partir do seu desenvolvimento crítico e participativo junto às coordenações de redes, programas e projetos, assim como junto à grande maioria de participantes das redes da ONG CEASM, pudemos fazer uma reavaliação e um redimensionamento de nossas premissas e resultados até então obtidos.

Percebemos que a comunicação comunitária não é por si só um instrumento suficiente para protagonizar a dissolução da discriminação e do estigma, mas que foram necessárias uma política, uma ética e uma estética para que a ONG CEASM conseguisse atingir os níveis performativos de transformação do território que vêm atingindo nestes doze anos, inclusive com repercussões em âmbito nacional. Como por exemplo, a criação do *Museu da Maré*, símbolo da resistência destas comunidades durante décadas, e clímax da produção da rede Memória do CEASM⁷¹; o *Censo Maré – 2000*, produção maior da rede Observatório Social, que também foi pioneiro no país como primeiro censo organizado por uma ONG nascida em favela, em parceria com instituições federais (IBGE) e estaduais; o *Jornal Comunitário – O Cidadão*, produção comovente da rede Comunicação pelo brilho e pela inteligência com que insiste na participação popular, conseguindo a proeza de fazer uma tiragem mantida de 20000 exemplares, distribuídos gratuitamente pelas comunidades há quase doze anos, em parceria com a Ediouro.

Consideramos também no final desta primeira fase que apenas duas das três redes do CEASM, inicialmente escolhidas para obter um efeito multiplicador

70 Realizada a partir da Escola de Comunicação/UFRJ, entre 2004 e 2006, mas também na Maré e na Comunidade Vila Pereira da Silva (o ex-*Pereirão*, em Laranjeiras), com o auxílio inestimável de alunos voluntários da ECO, principalmente do PET (Programa de Ensino Tutorial), de integrantes da rede Memória e de outros voluntários.

71 O Museu da Maré está incluído na lista de museus nacionais brasileiros como o primeiro museu em favela no Brasil, realizado em parceria com o MinC, através do Programa Ponto de Cultura.

da experiência do CEASM em outras comunidades, possuíam este potencial, ou melhor, esta *potência instituinte e constituinte* para criar um novo *ethos*: a rede Memória e a rede Comunicação.

Orientados por este novo olhar, fruto de nosso trabalho de campo, e também das dificuldades que encontramos no caminho, deliberamos avançar através da elaboração de um pensamento que procurasse introduzir *esta* utopia contemporânea em vias de realização na Favela da Maré. Diferentemente de uma utopia moderna, ideal e irrealizável, ela vem se extraindo e consistindo nas *experiências* pensadas e implementadas pela ONG desde agosto de 1997.

Em parte, este trabalho foi possível por nossa percepção das forças em jogo nesta experiência, entre elas a *potência instituinte dos valores inscritos (implicitamente) no ideário de fundação do CEASM* - que chamaremos adiante de *estética da experiência do CEASM*. Ou seja, valores que permitiam, já na fundação e mesmo antes, a transfiguração posterior da violência imposta pelo próprio Estado⁷² em uma resposta afirmativa, criativa de novas lutas e valores por parte desta ONG. Também fazem parte desta *estética* os valores *constituintes* de um novo *ethos* local, a serem disseminados pela cidade pelas trocas, seja a partir de uma *recaptação produtiva* de valores coletivos ainda existentes dentro daquelas comunidades - como um relicário diante da fúria individualista do resto da cidade -, seja através da transvalorização de valores como o saber, visando à sua democratização e à recuperação/valorização dos saberes locais e regionais dos migrantes (uma das faces do *outrem*), levando a uma menor desigualdade no acesso aos bens.

Por outro lado, esta elaboração foi possível igualmente pelo estudo de obras relacionadas, tanto na área de filosofia, quanto comunicação, psicanálise e crítica social, mas, sobretudo pelo *retorno* que nossas conversas e escritos (artigos publicados, conferências) desencadearam. Em primeiro lugar, nos próprios participantes da ONG CEASM, que comentaram freqüentemente o que para eles era importante ou surpreendente – ao conhecerem, por exemplo, as nossas hipóteses sobre as forças que os moviam neste trabalho de transformação, aumentando com isso seu nível de consciência –; assim como também o retorno obtido junto a platéias muito heterogêneas.⁷³

72 Violência do Estado ao abandonar estas populações à própria sorte – literalmente abandonar *aos bandos*, aos bandidos, independentemente se são traficantes, policiais corruptos e assassinos ou milicianos.

73 Como foi o caso em outubro de 2007, por ocasião da apresentação de parte desta elaboração na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - E.H.E.S.S -, em Paris, ganhando posteriormente uma publicação nos *Cahiers sur le Brésil Contemporain* (“A violência transfigurada

Tudo isso nos mostrou concretamente como é possível e desejável a convivência do instituído (público ou particular) com o instituinte das multidões alijadas dos lucros do capital. Através destas inusitadas parcerias se expressa a potência performativa e subversiva dessas populações – e não a sua cooptação pelo capital -, assim como os anseios por uma democracia participativa por vir. Disso é signo antecipatório a expressão *comunidade* do qual os moradores das favelas em geral se apossaram, já há algum tempo, para anunciar *performativamente* (AUSTIN, 1970)⁷⁴ esta utopia do comum, visivelmente em realização na Maré, e que se expressa pelo desejo de transformação do território⁷⁵, dispensando, assim, manobras radicais. Desejo que está recalcado na nomeação *favelado*, mas que emerge no presente sob a forma da nomeação *comunidade*, que antevê ou antecipa, às vezes apenas subjetivamente, a utopia de uma organização política-ética-estética instituinte de uma transformação *possível*, porque está entranhada na experiência de um presente *que se modifica* em busca de condições mais justas para essas populações.

– uma utopia em realização na Favela da Maré /ONG CEASM”, prevista para 2009 ou 2010); também foi importante o retorno obtido no II Congresso Internacional de Trabalho Social e Psicanálise, em Montpéllier, em outubro de 2007; das conversas com Jean-Bernard Paturêt, professor do Departamento de Estética da Educação da Universidade Paul-Valéry (Montpéllier III), e coordenador do grupo de pesquisas sobre *Periferias*, que nos convidou para realizar um Seminário para a pós-graduação sobre o tema Comunidade e Identidade. Além de mesas-redondas no Centro de Estudos do IPUB/UFRJ, em nov. 2004 –“ O pensamento a serviço do comum: uma utopia em realização na Favela da Maré”, seguida por mesa de igual tema e participação (vice-presidente do CEASM e do Prof. Marcio Tavares d’Amaral/UFRJ) no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro – módulo Realidade Brasileira, em set. 2005. O mesmo tema foi discutido em outra mesa redonda na Escola de Serviço Social/UFRJ, “Psicanálise sem fronteiras”, em 21/05/07.

74 Quando dizer é fazer!

75 Através da democratização do acesso aos bens culturais e econômicos, empregando táticas dos desvios ou dos “meios indiretos”. No ensaio “Por que a guerra?”, de 1932, Freud responde a Einstein sobre as possibilidades de que a pulsão destrutiva (pulsões de morte) do homem seja relativizada em seus estragos pela utilização de desvios ou de “meios indiretos”, uma vez que, sendo força constitutiva do humano, ela não pode ser extirpada, eliminada. Estes “meios indiretos” seriam formas construtivas, vinculativas, ou ainda agenciamentos mediados por Eros que poderiam *talvez* relativizar o ódio à diferença, nascido do horror ao outro como aquele que não será jamais inteiramente conhecido, assimilado por qualquer forma de apropriação, e que, portanto, permanecerá para sempre fora de controle.

Por que o CEASM?

Retomamos agora, com mais detalhes, a nossa fonte para esta “clínica da cultura”, ou seja, as contribuições surpreendentes da ONG CEASM para a sociedade brasileira, que podem nos abrir o pensamento para conceber, com eles, a construção subversiva de uma outra ética, extraída das experiências comuns, desejadas, pensadas e postas em ação coletivamente pelas camadas mais destituídas da população brasileira, das quais o grupo fundador do CEASM e suas “novas gerações” se destacam de maneira especial pela riqueza de suas realizações.

O CEASM não é, certamente, o único movimento social nascido das favelas ou das periferias pobres no Rio de Janeiro, mas apresenta condições bastante singulares que nos levaram a pensar nas possibilidades que temos contemporaneamente para constituir concretamente um novo pacto social referido à idéia de *comum*, e não mais a um social dividido em classes, fragmentado pela experiência capitalista perversa do neoliberalismo.

No seu deslanchar, a ONG CEASM ousou ter como perspectiva para as dezesseis comunidades que constituem o Complexo da Maré uma emancipação da pobreza local - sob a modesta retórica de *Desenvolvimento Local* - através de projetos culturais e educativos, mas de modo que não ficasse submetida à assistência ou à responsabilidade de um Estado brasileiro demissionário, ou pelo menos bastante ambivalente quanto a sua política em relação às camadas mais pobres da população brasileira, até pelo menos o governo Lula. Ou seja, O CEASM sempre foi soberano quanto às suas deliberações, mesmo quando elas envolviam as verbas das parcerias, destacando-se com isso o caráter auto-emancipatório de suas realizações.

Encontramo-nos aqui com o que denominamos de *uma utopia em vias de realização*, pois se trata de constatar e testemunhar as formas pelas quais estas populações afirmam tragicamente a vida, suas forças, seus valores, a despeito dos grandes obstáculos, impasses e impossibilidades, encontrados aguda e cronicamente no cotidiano dos moradores da Maré. Esperamos poder *mostrar que esta utopia contemporânea – na realidade, a utopia de uma democracia por vir – está se realizando como uma ética de fronteira entre moderno e contemporâneo, onde o culto ao individualismo próprio à modernidade é superado pela idéia de comum como a conquista de direitos e responsabilidades compartilhadas pelos sujeitos desejantes que passam a constituir as multidões do comum na Maré, tornando evidente o quanto o CEASM se afasta de uma idéia de cidadania a serviço da manutenção do Estado e de seus interesses como fim em si.*

O CEASM foi fundado por um grupo de oito moradores da Maré em 1997, oriundos daquele território, com exceção de um⁷⁶. Acabavam de sair da universidade e tomaram em conjunto a deliberação de realizar o “desenvolvimento local” daquele território, em lugar de abandonar a região, em busca de horizontes menos adversos. Este pilar de fundação do CEASM, feito por “atos e palavras”⁷⁷, marcou o *retorno ético-político* dessas pessoas ao território sem que jamais tivessem partido da Maré. Neste retorno, pulsava o desejo de realizar com aquelas populações as metamorfoses necessárias para o *acontecimento* ou o advento do comum, que poderíamos desde já atribuir ao acontecimento de uma de pulsão utópica coletiva⁷⁸, desencadeada pela mobilização produzida pelo grupo fundador.

A experiência do comum que está sendo feita pelo CEASM, como uma utopia materializável, mostra a positividade da desmesura quando uma multidão de singularidades põe em jogo a sua liberdade para conquistar a sua própria emancipação da pobreza, da alienação de bens que deveriam ser comuns, e da submissão a um Estado que abandona e não se compromete de vez, colocando-se como se estivesse imune a saldar a dívida que tem com estas populações.

Consideramos que o nome “desenvolvimento local” é uma astúcia, no sentido da métiis grega⁷⁹, empregada pelo grupo fundador para colocar o capitalismo em seu estágio atual ao serviço das transformações necessárias à região - transformações que ultrapassam em muito a emancipação da pobreza e da violência. O projeto do CEASM é um projeto axiológico, baseado na disseminação de valores que possam contribuir para constituir uma outra mentalidade – uma práxis do co-

76 Antônio Carlos Pinto Vieira, Cláudia Rose Ribeiro, Eliana Sousa Silva, Jailson Sousa Silva, Luiz Antônio e Sílvia Oliveira, Leia da Silva, Maristela Klem. O único membro fundador não originário da Maré é Jailson de Sousa. Fazendo parte da nova geração, e atual diretor do CEASM, Lourenço Cezar.

77 Definição de *pólis* dada por Aristóteles na Poética.

78 A pulsão utópica coletiva pode ser compreendida como uma vinculação ética entre pessoas, fundada na dívida que cada um contrai com a vida, com a linguagem e com o outro, tornando-se um pagador compulsório. O fato de recalcar, recusar ou rejeitar inconscientemente o que deve ser reconhecido e pago, em parte, ocasiona “pagamentos” sintomáticos – o que passaremos a examinar mais adiante. Sendo uma ética baseada no reconhecimento da dívida, ela permite o exercício de uma política do dom (estratégias), assim como uma estética de valores vincutivos (meios ou táticas), mais do que almejar uma simples troca ou reciprocidade.

79 A *métiis* é uma forma de inteligência grega criativa, ágil e oportuna, capaz de transformar conjunturas difíceis ou críticas em situações melhores, trabalhando em conjunto com temporalidades como *Aion* e *Kairòs*.

num –, que recuse as supremacias e os individualismos em vigor na modernidade, que só conseguiram trazer um incremento do mal-estar no contemporâneo.

Ou seja, a retórica do “desenvolvimento local” *compõe* com o “desenvolvimento sustentável”, que surge na década de 90 como uma face humanizada do neoliberalismo, posta em prática depois que seus mentores constataram a devastação econômica e social que esta “política” econômica causou mundo afora a partir do Consenso de Washington (1993). Parente destas artimanhas neoliberais, o “capitalismo cognitivo” é apontado mais adiante como fazendo parte do “pacote” a que o CEASM faz resistência.

Deste modo, com dissemos anteriormente, o projeto de transformação crítica desta ONG é, desde a sua fundação, uma fonte de **valores democráticos e solidários** para a sociedade brasileira e *tem como finalidade realizar uma transformação local radical através da cultura e da educação, da revalorização e da partilha do saber com bem coletivo e patrimônio imaterial nacional* (DUNLEY, 2007, p. 44-45). Seus objetivos se materializam de diversas maneiras, com vários projetos diferenciados que se estruturam em redes, na área de educação, cultura, da comunicação, da memória e da geração de renda e trabalho. Iniciou suas atividades com um pré-vestibular comunitário em 1997, que conseguiu levar mais de 500 estudantes às universidades, e atualmente atinge milhares de moradores ⁸⁰.

Como dar consistência teórica à singularidade da experiência do CEASM?

Partindo para uma elaboração mais teórica, passamos a nos perguntar em quem o CEASM pode nos ajudar a pensar e a dar uma consistência teórica às

80 As redes conectam estratégias para integrar o saber local ao regional e ao nacional. Para isto, os jovens e demais moradores da Maré recebem bolsas, orientação e formação profissional, ética e cidadã. Estas atividades são desenvolvidas a partir de parcerias realizadas com os poderes públicos, empresas públicas e privadas, ONGs, instituições e pessoas físicas. Exemplos delas são: Petrobrás, Light, FAPERJ (apoio indireto), Infraero, Unibanco, Governo do Estado, Ministério da Cultura, Governo de Baliares (Espanha), Grupo Votorantin, BP (Petróleo Britânico), Embaixada do Canadá entre outros. Além de ocupar um prédio de três andares no morro do Timbáu, e em Nova Holanda, o CEASM tem outro espaço que é Casa de Cultura onde está instalado o primeiro Museu de Favelas do país. Antes de completar onze anos de existência, a rede Educação continuava a ser sua rede mais notória. Além delas, funcionavam as redes Memória, RETEM (Trabalho e Educação), Cultura, Comunicação, Observatório Social. Esta estruturação em redes temáticas favorece o desenvolvimento de projetos distintos e articulados. Devido à cisão dentro do CEASM, ocorrida gradualmente entre 2005 e 2008, as redes vêm tomando uma nova configuração, e o grande projeto continua, apesar de perdas de parceiros e colaboradores, acentuada pela crise internacional (www.ceasm.org.br, atualmente em reestruturação).

forças e motivações em jogo nos movimentos sociais nascidos nas favelas do Rio de Janeiro; a nos questionar como ele escapa dos esquemas de “inclusão social” – refêns do neoliberalismo “humanizado” – para criar o novo? Qual seria a sua contribuição para a restauração/reestruturação do **laço social** nas grandes cidades num contemporâneo avassalado pelas experiências neoliberais que apenas se somaram ao desejo de fechamento sobre si mesmo do homem ocidental urbano?

Para tanto, passamos a algumas elaborações que este trabalho junto ao CEASM nos permitiu fazer e que talvez encaminhem as questões levantadas. Elas dizem respeito às **táticas** utilizadas por este grupo (ONG CEASM) para realizar a *estratégia* de base que é a “*transformação local*”. Essas *táticas* – de cunho democrático, auto-emancipatório, crítico e vincutivo – foram implementadas, como visto sucintamente, através de programas e projetos estruturados em rede que configuram os modos pelos quais se deu a *constituição do comum* no território da Maré. *Este comum pressupõe e pressupõe uma experiência de ordem ética, estética e política que possa levar em conta e adiante tanto as singularidades que constituem as multidões da Maré quanto o coletivo de suas dezesseis comunidades. Ou seja, o CEASM vem realizando o que para nós se configura, através de nossa escuta como uma utopia do comum – uma utopia de características contemporâneas (e não modernas) ao enlaçar, em seu desejo de tornar o impossível possível através de suas invenções, a realização de utopia individual à realização da utopia coletiva.*

Consideramos, depois de tudo que vimos, participamos e analisamos, que a principal *tática* para realizar tal *estratégia*, implícita em toda a sua *experiência* que já dura quase doze anos, é a *produção/reprodução do laço social em outros moldes*, reestruturando o laço social falido, esgarçado, que “liga” os membros não só de nossa cidade, como os que vivem em outras grandes metrópoles, pelo laço social de violência (gerado pelo desejo de exclusão) entre elas e suas periferias, e nas sociedades globalizadas em geral – uma “*ligação*” que se faz em torno do medo, do horror ao diferente, do individualismo.

Diferentemente disso, o CEASM tem “*tratado*” o laço social, inaugurando talvez uma *clínica da cultura na Maré*, aos nos mostrar formas de criar outros vínculos ou laços sociais, de natureza vincutiva e crítica, afirmativa, aberta ao outro, através de sua política do dom, que será vista mais adiante.

A constituição do comum no CEASM

Procuramos nos situar numa outra perspectiva de pensamento em relação ao *comum* no contemporâneo, pelo que nos foi dado acompanhar, analisar

e participar da experiência do CEASM. Primeiramente, recusando a herança da modernidade durante a qual o comum foi *desclassificado* como fonte de real para o pensamento, sendo relegado ao lugar de abstração que pairava sobre o conjunto de interesses individuais e não como produto da vida ativa e pensante (DUNLEY, 2006). Consideramos que esta herança se expressa em termos do ceticismo pós-moderno, nostálgico, de descrença em relação aos movimentos afirmativos de nossa época.

Entre os autores que elevam o comum à “dignidade de pensamento” no contemporâneo, encontra-se Antonio Negri, para quem o comum é linguagem, é biopolítica, no sentido que faz e se refaz na vida produtiva do dia a dia. É criação de uma *multidão* que age exercendo sua potência performativa através de micro-rupturas e micro-poderes numa temporalidade presente e inquieta (*kairòs*), marcada pela decisão, pela ação, e pela oportunidade.

Seria possível pensar a partir destas micro-políticas (e não mais de uma luta de classes) uma metamorfose ou uma transfiguração das condições de existência das populações desfavorecidas social e economicamente numa organização do *comum*? Esta questão respondida afirmativamente é parte de nossas hipóteses para o que se passa no CEASM. Entretanto, devemos acrescentar outros aspectos importantes.

Ou seja, a partir de nosso projeto trágico-acadêmico, em sua desmesura constitutiva, concluímos que a constituição do comum se dá por meio das três dimensões já citadas que se auto-engendram no CEASM: *uma ética, uma estética e uma política*, caracterizando-se por um modo de relação fundado no *reconhecimento da dívida* e no conceito *sacer* de *outrem*, como pode ser visto mais adiante. Mas, desde já, fica assinalado que o conceito *sacer* de *outrem* diz respeito ao horror que o *outrem* como outro radicalmente desconhecido suscita em nós⁸¹.

Kairòs é uma temporalidade instituinte de biopolíticas do CEASM, capaz de fazer aparecer a desmesura das relações em jogo no *comum*, que acontecem na massa de um tempo ontológico, povoado pelas forças de *Eros* e *Tanatos*, singularizando-o ou recortando-o em temporalidades, ora preponderantemente da ordem do vínculo (*Eros*), ora da destruição (*Tanatos*), fora as formas híbridas. Antes de tudo, o *kairòs* é um tempo oportuno para atos e decisões éticas, políticas e estéticas que habitam o *comum*. Deste modo, as comunidades constroem novas temporalidades, reais, pelas transformações que estabelecem num tempo da existência, tanto em sua face de terror e morte quanto na sua face laboriosa e criativa.

81 Segundo Freud, em “Totem e Tabu”, *sacer* é paradoxalmente sagrado e impuro, inspirando temor e repulsa.

A partir da experiência do CEASM, consideramos que a potência performativa do comum pode ser desdobrada em potência (ou poder) instituinte e potência (ou poder) constituinte. Ela articula estratégias, inicialmente comuns a estes objetivos, e que seriam montadas em torno de como reconhecer e revelar um movimento político, ético ou estético que seja instituinte do novo, constituindo-o, e não a reprodução, às vezes do próprio sistema que se quer criticar, tanto no interior dos movimentos comunitários quanto nas hibridizações propostas pelo CEASM. Através deste objetivo e das estratégias implementadas pela ONG seria possível distinguir a *potência do comum* das manifestações espontâneas que não possuem esta qualidade diferencial de força, que seria, em termos nietzschanos, a *vontade de potência da comunidade*.

O que aqui se propõe como “critério” do movimento constituinte/instituinte é que ele esteja fundado no *desejo de comunalidade em processo*. O que seria isso? Trabalho de *Eros* numa direção ética: desejo de fazer conexão numa direção de democratização e de co-participação para o acesso aos bens, especialmente aos saberes. Este desejo se estrutura a partir dos três eixos – ético, político e estético – e opera dentro de uma perspectiva dialógica entre poder local e global, onde as inserções do morador nas tendências sociais da globalização deverão lhe trazer níveis de cidadania mais plenos, de ordem deliberada e auto-emancipada, permitindo uma experiência singular e coletiva de cidadania. Esta forma de atuação busca a criação de canais que possibilitem uma percepção positiva do vínculo comunitário – ou laço social. Este vínculo muitas vezes nem é visto, pois seria tomar consciência do negativo, do medo, do terror, da exclusão, da discriminação e da vergonha. Estes vínculos comunitários constituídos pelas interações dentro e fora do CEASM são vínculos afetivos, feitos de investimento libidinal em torno de ideais e práticas comuns para conseguir as transformações necessárias numa temporalidade criativa, que se prevalece do momento oportuno, sem a violência e a ganância pelo tempo ditadas pela pressa tão urbanas a que estamos acostumados.

Em *O poder constituinte*, Negri postula que a ação da *comunidade* (aqui, metáfora da Multidão) se torna política quando começa a fazer frente diretamente, com consciência, às operações hegemônicas e destituidoras das singularidades do poder global. Mais do que isso, a constituição política da comunidade poderia ser vista como a passagem do *próprio ao comum* (ao impróprio, no sentido da desapropriação), do individual ao coletivo, implicando isso a dissolução progressiva das formas do biopoder e substituição pelas formas instituintes da vida e desapropriadoras de poder (sobre a vida): biopolíticas, no sentido negriano.

Deste modo, biopolítica é o conceito negriano/foucaultiano que realiza a conexão entre a potência da vida e sua organização política. Nela, o político, o social, o econômico e o vital vivem em comum, realizando conexões. Este poder biopolítico ou constituinte da comunidade é produto de sua imaginação criadora, capaz de lhe permitir configurar sua própria constituição, sua auto-organização política. Seu poder constituinte, que chamarei aqui de *potência da comunidade*, torna possível a abertura contínua para um processo de transformação, buscando a equidade (que não é igualdade) e a igualdade e a solidariedade.

A ética do comum no CEASM

Pelo que nos foi dado conhecer e pensar, a partir da experiência do CEASM, a ética evidenciada em suas posturas e deliberações se desdobra em torno da idéia de dívida, do *outrem*, e dos “incondicionais impossíveis” (DERRIDA, 2001).

A elaboração contemporânea do filósofo italiano Roberto Esposito – *Communitas. Origem y destino de la comunidad* – é fundamental para nosso estudo que tem como direção aquilo que poderia mover estruturalmente os participantes dos movimentos sociais, fazendo laço. Esposito trabalha o *com* de *Communitas* como *estar exposto a*, *estar aberto a*; e o *munus* como dom ou doação *compulsória* em pagamento de uma dívida. O reconhecimento/pagamento da dívida não deve ser necessariamente feito ao outro que me deu, ou me criou, mas ao radicalmente outro (DERRIDA, 2001), ao *Estrangeiro*, que não tem comigo uma pátria *comum* (BLANCHOT, 2001). Ou seja, trata-se de uma dívida estrutural com a alteridade radical, com o *outrem*. Certamente, ela tem especial interesse quando este *outrem* pode ser identificado à multidão de expatriados, refugiados, migrantes, foragidos, marginalizados, pobres e destituídos em geral, que vagueiam pelo mundo principalmente depois da Segunda Guerra, mas cujo êxodo se acelerou com os “ajustes estruturais” da era neoliberal.

Esposito trabalha o homem moderno como sendo o *immunitas* – aquele que se coloca *imune* ao pagamento da dívida, *isento* de pagá-la. Em contrapartida, o *communitas* é o que está aberto ao seu reconhecimento, e que por isto mesmo é apropriado do seu eu, que deixa de ser uma fortaleza que o isola do *contágio* do outro. Este pagamento/reconhecimento descentra o sujeito em relação aos desejos soberanos do eu, fazendo-se assim, de certo modo, refém do outro, fazendo-o ir em sua direção.

Transpondo do plano individual para o plano coletivo ou da cultura, dir-se-ia que o reconhecimento/pagamento da dívida foi, na Modernidade, inibido, obstaculizado, e até impedido pelo auto-centramento do homem (moderno) que

erigiu um culto crescente ao individualismo – tempo este que se poderia chamar de “período de neurose obsessiva da humanidade”.

De acordo com uma de nossas hipóteses, a passagem do moderno ao contemporâneo implica a passagem do *imunitas* ao *communitas* – ou seja, a possibilidade ética de fazer o reconhecimento da dívida que se tem com o *outrem*.

Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre o dom – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de 1925, criou uma verdadeira subversão ao colocar a dívida no circuito do dom, e com isto afirmar que o dom era uma forma originária ou arcaica da troca que obrigava uma retribuição, embora fosse aparentemente livre e gratuito. Ou seja, antes da troca existe o dom – que não é incondicional, uma vez que apela compulsoriamente para que seja feita uma retribuição, um outro dom por parte daquele que recebeu. Em outras palavras, o dom cria a dívida, estruturalmente, sabemos hoje. Através da riqueza de seus trabalhos etnográficos junto às populações afastadas dos grandes centros ocidentais, mais especificamente a região da Polinésia, Melanésia, noroeste americano, ele pôde perceber que existiam três obrigações: dar, receber, dar por sua vez. E que o dom de um presente (recebido) de um doador cria a obrigação por parte do donatário (o que recebe) de retribuí-lo (que é diferente de devolver). Justamente sua questão privilegia o retribuir. O que faria que um presente, um dom, fosse retribuído?

Através dos trabalhos de Mauss, pudemos ver que o importante desta lógica do dom é que se cria uma *relação social*, um *laço social* entre membros de uma mesma tribo, ou de tribos vizinhas, ou mesmo longínquas. Os tempos para se fazer o contra-dom (um outro dom em retribuição, selando assim a transação, mas **não** quitando a dívida que se tornará infinita) diferem para cada cultura. O tipo de dom também difere, podendo variar do dom agonístico (grandes presentes que estimulam a rivalidade e procuram romper com a reciprocidade, estabelecendo hierarquias – entre os quais o famoso *potlacht*) e os não agonísticos, onde o doador e o donatário tornam-se solidários indefinidamente. Tudo acontece de forma que as alianças se ampliem e sejam perenes, todos do clã do donatário tornando-se devedores dos membros do clã do doador, criando assim uma *malha social* onde todos se devem entre si. Isto é, a lógica do dom nessas sociedades é produtora de comunhões, alianças praticamente indissolúveis, crédito, combates, vínculos. *O dom é a condição da produção e da reprodução de relações sociais*. Esta lógica ou saber originário tem sido atualizado pelos avanços democráticos dos *povos originários* (indígenas da América Latina), principalmente da Colômbia e do Equador (DUNLEY, 2009).

Em sua obra instigante com os indígenas da Amazônia, Eduardo Viveiros de Castro dá igualmente sua contribuição sobre a lógica do dom (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, p.178). Diz ele que, para um índio, uma transação não termina nunca. Mesmo que se pague tudo aquilo que foi combinado em termos pecuniários, ele vai atrás dizendo que você lhe deve ainda. Isto porque para eles a transação é uma relação que não termina nunca, é para o resto da vida. Pouco importa o objeto, ou melhor, ele só é importante para iniciar e selar a transação. O que eles querem é a relação – que extrapola a transação. *Tododom é uma relação interminável.*

A ética do *outrem* (DUNLEY, 2006). Com a preocupação de repensar a ética, para além dos termos que a tradição filosófica nos legou, fazemos algumas observações a partir de Lévinas e de Derrida. Para Lévinas, a ética é a filosofia primeira, e não a ontologia. Para ele, o que está em jogo desde o início não é o desejo de conhecer ou compreender o ser das coisas, mas sim a relação fundamental com o outro. Fundamental aqui tem o sentido de fundamento e de inauguração: o eu é fundado na e pela sua relação com o Outro. Esta relação é uma relação de transcendência que consiste em dizer o mundo ao outro. Deste modo, a linguagem instaura um mundo comum, colocando esta relação de transcendência na imanência dos acontecimentos da vida.

Lévinas nos propõe um novo modo de filosofia. Ante o absurdo do mundo, não podemos admitir a neutralidade da filosofia, nem a do saber. A filosofia, como pensamento *por vir*, deve responder a este chamado do mundo, assumir esta responsabilidade, e assim assinar o seu nome.

Esta filosofia do terceiro, dos existentes, do *outrem*, é uma ética do infinito, pois se funda neste imperativo de justiça que a torna refém no sentido de obrigá-la a construir um novo patamar de relações, onde a *responsabilidade deve ser distribuída entre muitos*, inclusive entre os vários saberes, reconhecendo a dívida que tanto ela – filosofia – quanto as ciências modernas, herdeiras da tradição metafísica, têm em relação ao *outrem*, como comum, como favelado, como aquele que não pôde participar de seu saber soberano.

O terceiro como fundamento e finalidade na filosofia da alteridade de Lévinas conduz o próprio pensamento à noção de comunidade, mas a uma comunidade de plurais, constituída por seres singulares, e não a uma comunidade ideal.

Se não houvesse a intervenção deste terceiro na filosofia, se ela continuasse a seguir as filosofias da alteridade anteriores – que encaravam sempre o outro de uma forma dual ou especular, como o segundo na relação, como um *tu* – a ética persistiria em se delinear como uma filosofia da reciprocidade, como uma tentativa de harmonia e comunhão, e, por conseguinte, de retorno do mesmo. A

filosofia agora não deve mais dizer respeito ao outro, mas a todos os outros que *nos* e *me* dizem respeito; já que o terceiro é o outro próximo, mas também é o próximo do *outrem* – do *tout-autre* ou do radicalmente outro – e não simplesmente o seu semelhante. Trata-se de um novo modo de pensar a proximidade como responsabilidade dos sujeitos comuns.

Essa direção de justiça é o que obriga a filosofia a assumir posições. Responsabilidade e comunicação a começar pelo seu próprio saber, e por como ele ecoa no mundo, assumindo para si uma *práxis* que admita que a violência disseminada pelo mundo lhe concerne e que sua tarefa deve assentar-se no desejo de enfraquecer o que há de tão violento.

Derrida, em seus textos dos anos 90, procurou também ler a ética de outro modo, desconstruindo-a, liberando-a para nos remeter a uma extrema responsabilidade, sem álibis, e sem a possibilidade de constituir um código de regras. No que *desconstrução* e *ética* tornam-se termos equivalentes. Este outro modo, como em Lévinas, só poderia vir na perspectiva da alteridade, uma alteridade irredutível ao campo de onde se parte (da filosofia centrada no eu e na consciência), e que precisa já estar aí de algum modo.

Considero que seria possível situar contemporaneamente esta alteridade radical⁸² no domínio *sem* domínio do comum, embora saiba que qualquer tentativa de uma cultura se propor a lhe dar este ou aquele sentido será sempre datada, limitada, mas paradoxalmente indispensável para que se possa empenhar o agora num porvir mais justo.

Em *Estados-da-alma da psicanálise* (DERRIDA, 2001), Derrida propõe uma ética para além da pulsão de morte freudiana, que se materializaria em suas faces de pulsão de apoderamento do outro – seja ele o outro homem, a natureza – e da soberana crueldade a ela indissociavelmente ligada. Para avançar nesta direção, Derrida delineou no horizonte sem fronteiras de nosso tempo as figuras dos *Incondicionais Im-possíveis* – o dom, a hospitalidade, a amizade, o perdão, ou talvez, os indecíveis, a vinda incondicional do outro – que poderiam estar envolvidas em estratégias da “*différance*”, nas táticas dos “meios indiretos” ou

82 Por exemplo, na grande arte trágica, Dioniso ocupava este lugar de alteridade radical, sempre estrangeiro e estranho através de suas máscaras. O sentimento de terror tão bem destacado nas tragédias era terror deste *outrem*, cujo rosto ou essência não podia jamais ser conhecido. Herdamos tragicamente este terror do *outrem*, do *radicalmente outro*, que reduzimos egoicamente a medo do outro, fobia do outro, e, sintomaticamente no contemporâneo, às formas vigentes de terrorismo, ou às defesas petrificadas da indiferença. Preferimos aniquilá-lo, ou no mínimo neutralizá-lo (excluí-lo), e até medicalizá-lo, do que viver a instabilidade que significa não poder se apropriar deste *outrem*, sempre desconhecido.

dos desvios através dos quais Freud diz a Einstein ser possível driblar a pulsão de morte, embora jamais extirpá-la. Veremos que vários destes ditos *incondicionais impossíveis* “agem” como pensamento/direção na experiência do CEASM: a hospitalidade, a amizade, o dom, o talvez, o perdão.- como verdadeiras políticas incondicionais, e por que não dizer, *universais*.

A estética do comum do CEASM: valores instituintes e valores constituintes

Nosso trabalho sobre a rica experiência da ONG CEASM mostrou-nos o indispensável *conhecimento* dos valores instituintes presentes em seu ideário de fundação, assim como dos valores constituintes que têm sustentado este novo pacto coletivo na Favela da Maré, firmado em torno de um saber que vem se tornando obra do comum. Só assim, acreditamos, podemos nos dar conta dos meios (valores) que tornaram efetivas as estratégias de transformação pensadas e implementadas pela ONG CEASM e dirigir este conhecimento, fruto de nosso trabalho junto à ONG CEASM, para seu objetivo final que é também contribuir para fundamentar políticas intercomunitárias que visem à dissolução do estigma de carência, de violência, e de vitimização sobre as populações faveladas.

Ou seja, extraímos valores ou transvalorações a partir das redes que consideramos detentoras de um poder instituinte para a fundação de um novo *ethos* local (mas que possa se espalhar pela cidade), subversivamente a partir das favelas, assim como detentoras de um poder constituinte para a formação de um novo pacto social sobre valores que desafiem o individualismo reinante, o racismo de Estado e a volúpia tecnológica do capitalismo contemporâneo.

O capitalismo contemporâneo apresenta-se como um novo paradigma do capitalismo para o século XXI – *o Desenvolvimento Sustentável* – que, através de uma face *humanizada* necessita do capital social, do empoderamento das populações mais pobres e da governança para continuar obtendo a sua mais-valia. Para isso, ele procura realizar todas as inclusões possíveis (social, digital etc), sempre a serviço do capital, com o aumento do mercado em níveis impensáveis. Uma de suas táticas, o *Capitalismo Cognitivo ou Cultural* (baseado em grande parte na tecnologia digital), estimula a superprodução do trabalho imaterial (que mistura trabalho e vida, baseado em grande parte na tecnologia digital). O capitalismo cognitivo administra estas novas formas de trabalho ao mesmo tempo que constrói uma escassez do trabalho, uma precariedade. Sendo a cultura o instrumento mais importante e mais vulnerável desta forma “cultivada” de capitalismo.

Em quê isto vai nos interessar? Partimos do princípio de que o CEASM faz resistência a tudo isso, colocando as armas do opressor a seu serviço. Ou seja,

sua proposta de desenvolvimento local sócio-cultural emancipatória é crítica em relação às estratégias do capital e ao racismo de Estado, mas sem antagonismos. Os participantes do CEASM funcionam pela afirmação e pelos agenciamentos, realizando uma forma de resistência que propomos chamar de resistência da hospitalidade (DUNLEY, 2007).

Valores instituintes ou de fundação do CEASM

Passamos a nomear alguns valores que se destacaram como *valores instituintes do CEASM*, ou seja, valores pertencentes ao seu *Ideário de Fundação*:

- *O desejo de utopia*: criar um novo *ethos* na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma transformação local, na favela, capaz de disseminar pela cidade os seus valores de resistência por uma convivência lastreada por valores realmente democráticos que possibilitem a circulação dos bens.
- *Resistência*⁸³ que não se exerce contra alguém, contra classes, mas:
 - 1) contra o extermínio ou racismo de Estado que se desenvolve ou se espraia de várias maneiras: na ordem simbólica (pelo estigma, na grande mídia e fora dela), no social (pelas desigualdades aberrantes em relação às condições ou meios para sair da pobreza, principalmente o acesso à educação pública fundamental e média de qualidade e a um ensino universitário comum e não “público”), na cultura (alienação dos bens culturais) e no real (assassinatos, torturas, prisões onde o racismo vigente no Brasil se explicita em todo seu esplendor);
 - 2) contra a face “includora” do capitalismo contemporâneo, que faz uso, como já foi dito, da estratégia do Desenvolvimento Sustentável e de uma de suas táticas tecnológicas e exploradoras, o Capitalismo Cognitivo.
 - a) *Afirmação do potencial performativo* das multidões mareenses (16 comunidades constituem o Complexo da Maré, aproximadamente 132000 pessoas) para a dissolução do estigma que pesa sobre as populações faveladas – e que se articula fortemente ao primeiro

83 Consideramos muito importante destacar que o “tom” desta resistência – que passamos a chamar de *resistência da hospitalidade* – exercida desde sempre pelos fundadores e participantes do CEASM, desde as mais precoces experiências comunitárias de resistência na Maré, não é o do antagonismo. É o tom de uma resistência solidária, aberta aos agenciamentos mais variados, às parcerias de todos os tipos e níveis. Juntamente com a *esperança* – que é valor inestimável no ideário de fundação do CEASM –, a *resistência da hospitalidade* regula as estratégias e as táticas de luta, destituindo-as de seus excessos. Pois é preciso chegar lá.

alvo da resistência citada acima, o racismo de Estado –, e *umentar, através de suas realizações, a consciência de seu imenso potencial político, humano e profissional.*

- b) *Justiça.* Um anseio por justiça (DERRIDA, 2002), que é maior do que o direito à igualdade de acesso aos bens, previsto pela constituição de 1989, devendo se fazer essencialmente na esfera do reconhecimento do imenso potencial humano da Maré.
- c) *A identificação com o território* através das vivências de infância, adolescência e de lutas. Isto estará articulado a um dos valores constituintes do pacto transformador do CEASM.
- d) *A construção da memória local* tem-se mostrado efetivamente como a pedra fundamental do CEASM, tanto para a preservação vivificada de uma grande variedade de culturas dentro da Maré, permitindo a criação de múltiplos canais com o restante da cidade, a partir de trocas culturais (Exposição Itinerante de Banners, Arquivo Dona Orsina, Museu da Maré), quanto como meio privilegiado de *instituir a futura emancipação dos saberes populares assujeitados* na região da Maré (da tradição, do folclore, dos migrantes, da cidade, dos vínculos, da família, da resistência, da história). A construção da memória local liberta a história da Maré do expurgo ao qual ela foi submetida pela memória oficial ou hegemônica da cidade, valorizando-a tanto internamente para populações da Maré, quanto fora, como foi visto pelas trocas culturais que o CEASM efetua com o resto da cidade.

Acreditamos, portanto, que a memória, como valor instituinte do CEASM, acarreta uma grande mobilização produtiva e política, tanto dentro do CEASM, atuando como um plano que atravessa todas as outras redes e projetos - no sentido pretendido de emancipação das multidões, de seus “saberes assujeitados” (FOUCAULT, 2005) e de suas práticas desvalorizadas; quanto a desencadear uma reconciliação com o passado através da memória da resistência (Museu da Maré) e o aumento da consciência histórica. Trata-se na verdade da construção de um presente e de um futuro que possam manter seu passado vivo. Um passado a ser valorizado, individual e coletivamente, sem o quê as experiências de vida perderão seu lastro, sua consistência, sua verdade, e ficarão recalçadas sob as imagens saturadas e superfaturadas pela mídia da violência, da carência e da vitimização.

Consideramos que o Programa ou Rede Memória constitui um verdadeiro instrumento de *transformação do social em comum*, uma vez que a construção de uma memória coletiva a partir das narrativas singulares libera os afetos

petrificados por uma história de dominação e de segregação dos saberes locais, que acabou determinando a exclusão dessas comunidades dos circuitos de trocas culturais, econômicos e políticos da cidade. Esta emancipação dos afetos permite às multidões heterogêneas que constituem a Maré estabelecerem novos vínculos de identificação entre si e com seu território.

A Rede ou Programa Memória reconfigura os afetos, abrindo novos circuitos associativos, caminhos diferentes, novas formas de olhar a realidade. Trabalhar com a memória de uma multidão é mexer com a matéria-prima da transformação social, com a riqueza de suas experiências estruturantes ou traumáticas, seus costumes e aspirações coletivas, construindo as bases da auto-estima e da confiança que efetivamente poderão colocar em movimento as forças de auto-emancipação dessas comunidades, evitando insistir com políticas públicas que são mera ortopedia. Ou seja, com a memória, estaremos atuando *na base* das transformações possíveis.

Esta construção da memória local e integrada à cidade, ao país, permite o levantamento das histórias cruzadas que atravessam uma determinada população, versões ricas de uma história polifônica que ao misturar realidade e ficção fazem emergir então esses afetos a elas vinculados, liberando-os para novos investimentos. Por exemplo, reforçando os laços entre as pessoas entre si e com o bairro/cidade, atualizando sonhos/desejos do passado no presente e, essencialmente, desfazendo o esquecimento que pesa sobre as favelas, fazendo do Rio de Janeiro “uma cidade partida”.

- *Tentar integrar a utopia individual à utopia coletiva.* O mais difícil e que foi sem dúvida a dificuldade maior que os fundadores do CEASM encontraram sem seu caminho. Par além da falta de qualquer financiamento, as dificuldades interpessoais marcaram a cisão do CEASM.

Valores constituintes do CEASM – o pacto pela transformação local

- a) *A criação de um curso pré-vestibular comunitário (PVC),* cujos professores seriam oriundos da Maré, os alunos, assim como os coordenadores, mesmo se não fossem mais moradores dão lugar. Este “ato” ético-político concedeu autoridade, legitimidade ao seu discurso formador. O objetivo era de se conseguir num tempo mínimo (4-5 anos de faculdade) universitários formados, ou já profissionais, de origem mareense, que pudessem compor uma massa crítica⁸⁴ transformadora da realidade local. É também

84 Massa crítica tem aqui os dois sentidos: o de poder realizar uma crítica, e o sentido metafórico, energético, que relaciona um número suficiente de participantes à quantidade suficiente – ou crítica - de urânio para desencadear uma reação atômica em cadeia numa usina.

função deste PVC formar pré-universitários que não cheguem tão imaturos à universidade, e possam discutir criticamente, e com realidade, o que lhes está sendo transmitido. Mais do que tudo, criar laços de identificação e pertencimento entre os participantes do PVC e seu território – a Maré –, até então completamente desvalorizado por eles.

O pacto girou em torno do reconhecimento da *dívida* que estes jovens egressos das universidades públicas teriam para com as pessoas de suas comunidades. Tal como o grupo fundador, eles poderiam voltar à Maré para *formar* novos universitários que pudessem igualmente levar a diante ou reforçar o *pacto coletivo da transformação*. Não sendo um projeto comunitário totalitário, este reconhecimento da dívida pode ser feito em outros contextos.

- b) *Trabalho e Patrimônio imaterial* em construção na Maré através da rede Memória. A memória atravessa todas as redes. Ela faz vínculo, se comunica, integrando gerações, tecendo alianças dentro e fora do CEASM (nas escolas, nas ruas, nas universidades). O Museu é o clímax deste trabalho material e imaterial da Memória, significando a mobilização de forças afetivas com produção de mais memória, sentimentos de pertencimento, coesão, e desejo de insistir na resistência (DUNLEY, 2005/2006).
- c) *O poder constituinte do jornal O Cidadão – O jornal do Bairro Maré*. Esta mídia alternativa tornou-se um dos motores da transformação da Maré através do CEASM, pois ela faz laço entre muitas das dezesseis comunidades, levando informação local, do país, de forma crítica e muito bem escrita. Aberta à contribuição dos moradores, é um jornal democrático. A rede memória tem uma página reservada para passar as informações sobre seus projetos.
- d) *O poder constituinte do Museu da Maré* que, recentemente, relançou democraticamente⁸⁵ o pacto coletivo ao se fazer visitar por milhares de marceenses que vieram ver e se emocionar diante deste monumento singular à memória viva da resistência. Ele é o produto de toda a vivência da rede Memória, desde os seus tempos de TV Maré e catalisa as transformações sociais em andamento.
- e) *Trabalhar em redes* marca a opção pelo coletivo por onde circulam afeto e informação.

85 Ele foi lançado depois de dois Fóruns de Construção que mobilizaram a participação de muitas instituições existentes na Maré (ONGs, escolas, e outros), os integrantes do CEASM e da população em geral.

- f) *Possibilidade de abrir caminhos diferentes*, constituir projetos de vida emancipados inclusive de salário.
- g) *Fazer questão da alegria, da confiança, da autonomia e da cooperação, da abertura ao outro.*
- h) *Busca de respeito, oportunidade e diálogo pelos jovens.*
- i) *Trabalho de formação crítica dos jovens*, política onde tecnologia pode se associar a pensamento.

A política do comum do CEASM

De acordo com nossas análises, a política o comum do CEASM se baseia na lógica do dom, da qual fazem parte a dívida, seu reconhecimento/pagamento, e a responsabilidade e solidariedade contraídas na construção deste vínculo social.

A possibilidade de reconhecimento da dívida em relação ao outro e de se constituir como doador de seu próprio tempo – seja pela transformação do território ou pela construção de um outro tipo de vínculo é possibilidade do Contemporâneo. Em nossa leitura, o contemporâneo é um tempo afirmativo, maior que o pós-moderno natimorto pelo seu ceticismo, embora este ainda persista em certas posturas embalsamadas.

Como vimos anteriormente, é o *tempo* do *communitas*, temporalidade que é própria àqueles que se expõem ao reconhecimento e ao pagamento da dívida para construir o comum que se viabiliza pela passagem do *immunitas* (do homem moderno, individualista, imune ao reconhecimento da dívida) ao *communitas* (o homem contemporâneo que deseja conquistar o seu tempo ao se expor a reconhecer o *outrem* como aquele a quem ele deve).

O que seria concretamente esta política do dom do CEASM?

Os membros fundadores do CEASM, em 1997, ofereceram às comunidades da Maré *um primeiro dom coletivo*: a criação de um pré-vestibular comunitário, gratuito, para que os jovens da Maré pudessem ter condições de acesso às universidades públicas (federias ou estaduais). Os fundadores eram os professores, e alguns continuam a ser até hoje. Nas palavras do antropólogo Malinowski, citado por Mauss e por Freud (DUNLEY, 2009), esta seria a dádiva ou dom de abertura – *the opening gift* –, que seria retribuída tempos depois pelo *clipping gift* – dádiva que é oferecida por quem recebeu, e que sela a transação entre as duas partes, tornando-a indissolúvel de certa forma.

Estes jovens, tendo sido aprovados ou não nos vestibulares, passam a participar como colaboradores desta *rede do dom* (retribuindo em tempos dife-

rentes o dom recebido com seu próprio trabalho nas redes, inclusive tornando-se professores do PVC). Esta dimensão política do dom – que cria ou faz laço social num território minado, impossível – é uma das dimensões da *experiência de abertura democrática real do CEASM*, às quais se somam a da ética e da estética dos valores.

No CEASM, este *indissolúvel* não diz respeito a que a troca de dons tenha que ser feita pelos mesmos parceiros – ou seja, retribuir exatamente a quem doou – mas à transmissão/ativação (indissolúvel) da lógica do dom. Ela cria a dívida que se traduz ou se paga por responsabilidade, compromisso, em desejar manter preservando o vínculo social estabelecido por aquela troca originária. A *práxis* de liberdade criada pelo CEASM não faz de seus devedores escravos, pois a política do dom se incumbe de deixar livres os jovens e todos os outros participantes das redes para alocarem seu trabalho vivo onde quiserem, inclusive fora da Maré, do Rio, do Brasil.

O dom maior recebido *nesta política do dom e da dívida reconhecida* foi, sem demagogias, o da liberdade com compromisso – que requer pagamento na mesma *moeda*, no tempo que for e onde for... Não ouvimos falar de culpa em momento algum, ao contrário, vimos muito alegria por tentar levar adiante este processo de dissolução do estigma pela potência constituinte das comunidades da Maré.

Com este ato performativo (AUSTIN, 1970) de constituição do CEASM por uma equipe fundadora **doadora** de um meio catalisador da transformação social naquele território (PVC), e das respostas afirmativas que vêm sendo obtidos ao longo de todo este tempo, a potência constituinte do CEASM pode ser reconhecida (fora e dentro do território). Pois ela é capaz de mobilizar produtivamente aquelas populações abandonadas à própria sorte, estimulando e recolhendo o labor criativo, crítico e alegre das comunidades da Maré.

A resistência por *meios indiretos* – que recusa a ferocidade da luta e que chamamos de resistência da hospitalidade – é uma tática muito difundida na política do CEASM, e se traduz na vasta gama de biopolíticas, agenciamentos, parcerias dentro e fora da Maré que mobilizam afirmativamente e afetivamente os participantes do CEASM e de seus projetos.

Para finalizar, ao ser indagado sobre o que seria a *Política* do CEASM, Antônio Carlos Pinto Vieira – um dos fundadores do CEASM e coordenador da rede Memória – diz que ela quer mostrar à sociedade que as populações da Maré podem responder afirmativamente aos investimentos (*dons*) feitos pelos parceiros através de projetos que emancipem aquelas populações de suas condições de exclusão do acesso aos bens coletivos. Ou seja, ele nos diz que os participantes dos

vários projetos e programas implementados pela ONG CEASM estão inscritos numa política do dom, como pudemos perceber, do momento em que se mostram capazes de reconhecer a dívida que os dons/ investimentos criariam, e retribuir com seu trabalho vivo, transformador e auto-emancipado.

O Museu da Maré, lançado em 2006, criação da equipe da rede memória e de todas as comunidades da Maré, é a metáfora viva desta política do dom. Ele se fez de doações dos moradores da Maré: seus objetos preciosos, sagrados, que não podem sair do clã⁸⁶, além de objetos do dia a dia que haviam pertencido a gerações. O contra-dom (do investimento/dom feito no CEASM pelo MinC) é o reconhecimento do poder da resistência coletiva, vista nas fotos e nos objetos que denotam os terríveis momentos pelos quais as comunidades passaram (medo das águas, remoções, doenças, pobreza, tráfico), e a consciência da solidariedade inscrita no passado e no presente a partir daqueles objetos. E assim se tece o laço entre esfera pública e os pobres cheios de potência da Maré, fortalecendo seus laços entre si e com outras organizações presentes na Maré.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*, Lisboa: Ed. Presença, 1993.
- AUSTIN, J.L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.
- BLANCHOT, Maurice. "Conhecimento do desconhecido" In: *Conversação infinita*, São Paulo: Ed. Escuta, 2001, p.95-107.
- _____. "A grande recusa". In: *Conversação infinita*, São Paulo: Ed. Escuta, 2001, p.73-94.
- _____. *La communauté inavouable*. Paris: Minuit, [1983] 2005.
- CHERRY, Collin. "O que é a comunicação?" In: *A comunicação humana*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1957, p. 23-24.
- COCCO, Giuseppe ; HOPSTEIN, Graciela. *As multidões e o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CONTINENTINO, Ana Maria. "Horizonte dissimétrico: onde se desenha a ética radical da desconstrução" In: *Desconstrução e ética – Ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola, 2004, p. 131-149.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.

86 Como a embarcação de São Pedro doada por uma mulher que havia perdido toda a família, desfazendo-se desta "imagem" padroeira dos pescadores da Maré, que estava com sua família desde o início do povoamento da região.

_____. “Post-scriptum: sobre as sociedades de controle” In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1968.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Psyché- Invention de l'autre*. Paris: Ed. Galilée, [1987] 1998.

_____. *De l'hospitalité*. Paris: Ed. Calman-Lévy, 1997.

_____. *Estados-da-alma da psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2001.

_____. *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUNLEY, Glaucia. O patrimônio da Memória das comunidades da Maré – Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – IPHAN. *O Prelo – Revista de Cultura da Imprensa Oficial e Órgão do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano III, n.9, p.11, dez. 2005/jan-fev. 2006.

_____. O pensamento a serviço do comum – uma utopia em realização na Favela da Maré. *Tempo psicanalítico – Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle*. Rio de Janeiro, n.38, p.181-199, dez. 2006.

_____. Museu da Maré: memória da resistência. *Global (Brasil)*. Rio de Janeiro, n.9, p.44-45, ag.- set. 2006.

_____. Um compromisso com o futuro da psicanálise - Resenha de Ensaio sobre o dom, de Marcel Mauss. *Percurso – Revista de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo, n. 43, julho 2009.

_____. *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica*. Rio de Janeiro: Ed.Forense Universitária/Fiocruz, 2001.

_____. *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional*. São Paulo: Ed.Escuta/Fiocruz, 2005.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origem y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 2003.

ESTEVES, André . *O Cidadão: um jornal comunitário na era da globalização*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação da UFRJ, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade (1975-1976)*. São Paulo: Ed.Martins Fontes, 2005

FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Madri: Ed. Biblioteca Nueva, 1973.

_____. “Introducción al narcisismo”, 1914, T.2, p.2017-2033,

_____. “Considerations da actualidad sobre la guerra y la muerte”, 1915, T.2, p. 2101-2117.

_____. “El mal-estar en la cultura”, 1929, T.3, p. 3017-3067.

_____. “El porqué de la guerra”, 1933, T.3, p. 3207-3215.

GODÉLIER, Maurice. *L’énigme du don*. Paris: Flammarion, 1996.

HADDOCK-LOBO, Rafael. “As muitas faces do Outro em Lévinas” In: *Desconstrução e ética – Ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, p. 165-192, 2004.

LAZZARATO, Mauricio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito* (trad. José P. Ribeiro). Lisboa: Ed. 70, 2005.

MAUSS, Marcel. *Essai sur le don*. Paris: P.U.F., 1950; *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Ed. 70, 2001.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte – ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Kairòs, Alma Venus, Multidão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

_____. *Anomalia selvagem. Poder e potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

NEGRI, ANTONIO; HARDT, Michael. *Multidão – Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade Derrida, Arendt, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Um novo paradigma estético*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SZANIECKI, Bárbara. *Estética da multidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VITAL-BRAZIL, Horus. “As ideologias do desejo, utopias e um inconsciente político” In: *Desejo, barbárie e cidadania*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, p.17-39.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

■..... **Glucia Peixoto Dunley** é psicanalista, médica, mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), pós-doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ) e em Serviço Social (ESS/UFRJ), membro do Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro; autora dos livros *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica* (Ed. Forense Universitária / Ed. Fiocruz, 2001), *A Festa Tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional* (Ed. Escuta / Ed. Fiocruz, 2005); *Sexualidade e educação: um diálogo possível?* (org., Ed. Gryphus / Ed. Forense, 1999).



Mídia e Cultura
